



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, INTEGRAÇÃO, LICENCIAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO (PRESENCIAL E REMOTO) DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA DO ECOSISTEMA E-SUS APS (MÓDULOS PEC, CDS, TERRITÓRIO, VACINAÇÃO, ATIVIDADE COLETIVA, AD E GESTÃO), COM ARQUITETURA CENTRALIZADA E INTEGRAÇÃO PLENA À RND, AO CADSUS E À PLATAFORMA GOV.BR; inclui treinamento e capacitação continuada das equipes, backup diário, manutenção preventiva/corretiva, monitoramento e avaliação de registros e atendimento em horário administrativo (ex.: 7h-7h). Abrange, ainda, a implantação, integração e suporte de sistema para controle de fila de procedimentos e pacientes em TFD (Tratamento Fora do Domicílio), gestão do transporte desses pacientes e faturamento, assegurando integração e sincronização com os sistemas da Atenção Básica, geração/validação de BPA/SIA e envio regular da produção ao SISAB, em conformidade com a LGPD (perfis/papéis, trilhas de auditoria e notificação de incidente, deste instrumento convocatório).

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**

Do dia  
09/10/2025 às 09:00h até dia  
27/10/2025 às 09:00h.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:**

Às 09:00h do dia 27/10/2025.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:**

A partir das 09:00h do dia 27/10/2025

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto.

**SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO:**

[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS / ESCLARECIMENTOS / PEDIDOS:**

Endereço: Praça Santo Antônio, 170- Centro.  
Tiros/MG – CEP: 38.8000-000.

Setor de Licitações.

Aos cuidados do (a) Pregoeiro (a).

Telefone: (34)998174766

[licitacaotiros@gmail.com](mailto:licitacaotiros@gmail.com)

**REFERÊNCIA DE TEMPO:**

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:**

Nos sites [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.tiros.mg.gov.br](http://www.tiros.mg.gov.br)

**O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um) centavo.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 37/2025

#### Processo Administrativo 93/2025

Torna-se público que o Município de Tiros, com sede no endereço indicado no rodapé, representado por seu prefeito, em exercício, conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para implantação, integração, licenciamento de uso e suporte técnico contínuo (presencial e remoto) dos sistemas públicos de saúde da Atenção Básica do ecossistema e-SUS APS (módulos PEC, CDS, Território, Vacinação, Atividade Coletiva, AD e Gestão), com arquitetura centralizada e integração plena à RNDS, ao CADSUS e à plataforma gov.br; inclui treinamento e capacitação continuada das equipes, backup diário, manutenção preventiva/corretiva, monitoramento e avaliação de registros e atendimento em horário administrativo (ex.: 7h-7h). Abrange, ainda, a implantação, integração e suporte de sistema para controle de fila de procedimentos e pacientes em TFD (Tratamento Fora do Domicílio), gestão do transporte desses pacientes e faturamento, assegurando integração e sincronização com os sistemas da Atenção Básica, geração/validação de BPA/SIA e envio regular da produção ao SISAB, em conformidade com a LGPD (perfis/papéis, trilhas de auditoria e notificação de incidentes).conforme descrito e especificado) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será separada por LOTE ÚNICO conforme tabela constante do Termo de Referência.

#### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

### 2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. *Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);*

2.6.2. *Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;*

2.6.3. *Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;*

2.6.4. *Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;*

2.6.5. *Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;*

2.6.6. *Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;*

2.6.7. *Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;*

2.6.8. *Agente público do órgão ou entidade licitante;*

2.6.9. *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.6.10. *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;*

*Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Neste caso, o envio dos documentos de habilitação não é simultaneamente com a proposta, conforme art. 39 da Lei 14.133/2021.

3.1.1. Oportuno esclarecer que o prazo para envio da proposta reajustada e documentos de habilitação em prol do licitante vencedor, não afasta a obrigação deste de atender as condições de habilitação na data da apresentação da proposta.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. *Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

3.3.2. *Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*

3.3.3. *Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

3.3.4. *Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

3.4. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.5. *O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

3.10.1. *A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e*

3.10.2. *Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.*

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. *Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e*

3.11.2. *Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.*

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.15. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

3.16. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, **vedada outra forma de comunicação.**

## 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos seguintes campos:

4.1.1. Menor preço ou percentual de desconto do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (MODELO EM ANEXO) – Art. 62, §1º da Lei 14.133/2021.<sup>1</sup>

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

---

<sup>1</sup> A plataforma do Pregão eletrônico emite esta declaração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo conforme especificado na plataforma.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de acordo com o estabelecido em cada item no sistema.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.1.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*

5.1.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

5.1.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

*sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.*

*5.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

*5.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

5.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

*5.8.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

*5.8.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

*5.8.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

*convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.*

*5.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

5.9. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.9.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

*5.9.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;*

*5.9.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;*

*5.9.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;*

*5.9.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.*

*5.9.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:*

*5.9.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

*5.9.2.2. Empresas brasileiras;*

*5.9.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;*

*5.9.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.*

5.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

5.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.10.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.10.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.10.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.11. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Secretaria responsável pela análise, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro, junto com a Secretaria responsável, analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [10%] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo (a) Pregoeiro (a) ou por membro da equipe de apoio.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7.1. A habilitação será verificada por meio do habilitanet, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no HABILITANET ou os que forem solicitados, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9.2. Oportuno esclarecer que o prazo para envio da proposta reajusta e documentos de habilitação em prol do licitante vencedor, não afasta a obrigação deste de atender as condições de habilitação na data da apresentação da proposta.

7.10. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

7.10.1. Na hipótese de a Administração optar os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.10.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.11.1. *Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e*

7.11.2. *Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

8.3.1. *A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;*

8.3.2. *O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;*

8.3.3. *Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.*

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico NO MENU LICITAÇÕES. [www.tiros.mg.gov.br](http://www.tiros.mg.gov.br)

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Conforme previsto no anexo – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento **PREFERENCIALMENTE DEVERÃO** ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas. Ou realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [licitacaotiros@gmail.com](mailto:licitacaotiros@gmail.com).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. As declarações solicitadas neste edital, serão verificadas por meio do sistema.

11.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5.1. *Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.*

11.5.2. *Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no **prazo de 7 dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.*

11.5.3. *O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.*

11.5.4. *Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

11.5.5. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

11.5.6. *Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;*

11.5.7. *Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.*

11.5.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.tiros.mg.gov.br](http://www.tiros.mg.gov.br) – Menu Licitação.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.12.1.1. Estudo Técnico Preliminar (em arquivo separado no portal de transparência);

11.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

11.12.3. ANEXO III – Modelo Declaração integralidade de custos (proposta de preço)

11.12.4. ANEXO IV- Modelo de Declaração Unificada.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

Tiros, 08 de outubro de 2025

---

Denise Maria Barcelos

Pregoeira



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Art. 40, §1º e inciso XXIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/21)**

**Unidade Requisitante:** Secretaria Municipal de Saúde de Tiros/MG

**Responsável pela Elaboração:** Patrícia Kenya Faria de Ligório- Coordenadora de Serviços em Saúde.

#### **Objeto Resumido da Requisição:**

Contratação de empresa especializada para implantação, integração, licenciamento de uso e suporte técnico contínuo (presencial e remoto) dos sistemas públicos de saúde da Atenção Básica do ecossistema e-SUS APS (módulos PEC, CDS, Território, Vacinação, Atividade Coletiva, AD e Gestão), com arquitetura centralizada e integração plena à RNDS, ao CADSUS e à plataforma gov.br. O objeto inclui treinamento e capacitação continuada das equipes, backup diário, manutenção preventiva/corretiva, monitoramento e avaliação de registros e atendimento em horário administrativo (7h às 17h). Abrange, ainda, a implantação, integração e suporte de sistema para controle de filas de procedimentos e pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD), gestão do transporte desses pacientes e faturamento, assegurando a integração e sincronização com os sistemas da Atenção Básica, a geração/validação de BPA/SIA e o envio regular da produção ao SISAB, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com recursos de perfis/papéis, trilhas de auditoria e notificação de incidentes.

#### **Nota Explicativa.**

Termo de acordo com o art. 6º, XXIII da Lei Fed. 14.133 de 2021, e que contém os elementos exigidos na Lei regente que estão especificados adiante; também de acordo com as minutas padronizadas para referência e os projetos para a contratação almejada, em observância do art. 19 e seu §2º da Lei de contratações.

### **1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para implantação, integração, licenciamento de uso e suporte técnico



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

contínuo (presencial e remoto) dos sistemas públicos de saúde da Atenção Básica do ecossistema e-SUS APS (módulos PEC, CDS, Território, Vacinação, Atividade Coletiva, AD e Gestão), bem como de sistema para gerenciamento de filas de espera, transporte de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e faturamento, incluindo capacitação continuada das equipes, backup diário, manutenção preventiva/corretiva monitoramento e avaliação de registros, nos termos do Anexo Estudo Técnico Preliminar, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, que se destina a:

ITEM	OBJETO/ESPECIFICAÇÃO	MED. UNID.	QUANT	PÇO UNIT.	TOTAL
1	ASSESSORIA, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO NA ESTRATÉGIA DA ATENÇÃO BÁSICA, ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS METAS DO CONFINAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, POEPS, E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRAMENTO/ ATUALIZAÇÃO POR PARTE DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.	Mensal	12	R\$2.150,00	R\$25.800,00
2	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FILAS DE ESPERA POR PROCEDIMENTOS, EXAMES E TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO	Unidades	4	R\$4.000,00	R\$20.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

	(TFD), TRANSPORTE E FATURAMENTO, NOS SEGUINTE LOCALS: • 03 ESTABELECIMENTOS DE ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA • SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE • CLÍNICA DE ESPECIALIDADES.				
3	SUPORE TÉCNICO E LICENÇA MENSAL DE USO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FILAS DE ESPERA POR PROCEDIMENTOS, EXAMES E TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO (TFD), TRANSPORTE E TRATAMENTO.	Mensal	12	R\$4.900,00	R\$58.800,00

<b>Total</b>	<b>Preço para o fornecimento do conjunto dos itens</b>	<b>R\$ 104.600,00</b>
--------------	--	-----------------------

1.1.1. As especificações técnicas detalhadas do objeto, incluindo as funcionalidades do sistema, etapas de implantação, capacitação, licenciamento e suporte técnico, encontram-se descritas no Anexo I – Relação dos Itens para Proposta, parte integrante deste Termo de Referência.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, de modo a admitir ampliação de ofertas.

1.3 Os serviços a serem contratados não foram parcelados por unidades, considerando que o conjunto dos itens deve seguir a mesma padronização e em razão da viabilidade técnica e econômica da entrega integrada em lote único, que assegura maior eficiência, sinergia operacional e responsabilidade integral da contratada.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### **1.4. Da Vigência da Contratação e da Atualização dos Preços**

1.4.1. O prazo de vigência para a contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou da expedição da ordem de serviços, em observância do disposto no art. 105 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021 para os contratos.

1.4.1.1. Por se tratar de serviços de natureza continuada e licenciamento de software de execução prolongada, o prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado até a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme as razões de conveniência da Administração, desde que seja satisfatória a entrega dos serviços e vantajosa a continuidade dos preços praticados no ajuste, com garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano para atualização de preços pelo INPC/IBGE, ou por atualização de tabelas oficiais de referência, ou mediante comprovação do desequilíbrio dos valores contratados.

## **2. RAZÕES E EXPOSIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. As razões da necessidade e da conveniência para a contratação encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar que instrui este processo, sendo aqui reproduzidas de forma resumida, por economia processual.

Objetiva-se a contratação de empresa especializada para fornecer solução informatizada integrada destinada à implantação, manutenção, licenciamento de uso e suporte técnico contínuo dos sistemas que compõem o ecossistema e-SUS APS (módulos PEC, CDS, Território, Vacinação, Atividade Coletiva, AD e Gestão), bem como do gerenciamento de filas, transporte e faturamento de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD). O objeto abrange ainda a capacitação continuada dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e a manutenção preventiva/corretiva das funcionalidades contratadas, com vistas a modernizar a gestão pública em saúde, organizar fluxos de informação, reduzir retrabalhos e garantir maior eficiência operacional e economicidade aos cofres públicos.

A contratação é considerada essencial porque o Ministério da Saúde adota modelos de financiamento baseados em indicadores e metas de desempenho, exigindo dos municípios a implementação de soluções tecnológicas robustas, que assegurem controle, monitoramento e envio regular de informações. A utilização de softwares gratuitos foi avaliada em Estudo Técnico Preliminar, mas descartada por se mostrar insuficiente para atender às necessidades específicas do Município, podendo comprometer a integralidade



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

dos serviços e elevar custos indiretos.

Assim, a presente contratação possibilitará alimentação diária de dados, emissão de relatórios gerenciais específicos, melhoria da comunicação entre setores da Secretaria Municipal de Saúde, além de fortalecer a qualidade da informação, a integração entre unidades e a capacidade de resposta da gestão pública, resultando em melhor atendimento à população e maior conformidade com exigências legais e de órgãos de controle.

### **3. CICLO DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ADEQUADA**

3.1. A solução considerada adequada para atender à necessidade identificada encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, sendo aqui reproduzida de forma resumida.

O ciclo do objeto compreende a implantação inicial e parametrização do sistema, seguida da capacitação continuada das equipes de saúde, da operação assistida com suporte técnico presencial e remoto e do licenciamento de uso do software durante todo o período contratual. Inclui ainda a manutenção preventiva e corretiva, bem como a atualização contínua da solução tecnológica, garantindo a compatibilidade com os sistemas do Ministério da Saúde (RNDS, CADSUS, gov.br e SISAB).

A solução adotada – contratação de empresa especializada para fornecimento integrado de serviços de suporte, consultoria, licenciamento e capacitação – mostra-se a mais adequada por assegurar a sinergia entre os módulos do e-SUS APS e o sistema de gerenciamento do TFD, eliminando riscos de incompatibilidade técnica, reduzindo custos operacionais e promovendo maior eficiência e qualidade no atendimento à população.

### **4. REQUISITOS PARA O PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Da Necessidade ou Conveniência de Vistoria Técnica**

4.1.1. Em se tratando de serviços de características comuns prestados em ambiente web, não se faz necessária a vistoria técnica prévia do local de execução, por não haver peculiaridades que justifiquem essa exigência.

#### **4.2. Da Exigência de Amostras pela Descrição do Objeto**

4.2.1. Por se tratar de serviços de suporte especializado com licenciamento de software em ambiente web, não se aplica a exigência de amostras físicas, prevista no art. 41, II da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.2.2. Em substituição à apresentação de amostras, a Administração exigirá da empresa



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

vencedora a realização de Prova de Conceito (PoC) presencial, em ambiente real de uso no Município, como condição suspensiva para a adjudicação do objeto, a fim de comprovar a plena aderência da solução ofertada às especificações técnicas.

4.2.3. A PoC deverá demonstrar, no mínimo, 95% das funcionalidades previstas para cada módulo, especialmente quanto à integração com os sistemas e-SUS APS, TFD, bem como ao atendimento dos requisitos de segurança da informação e da LGPD.

### **4.3. Sobre a Possibilidade de Subcontratação do Objeto**

4.3.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, considerando que os serviços de implantação, integração, licenciamento de uso, suporte técnico e capacitação constituem um conjunto integrado e indissociável, cuja execução exige responsabilidade única da contratada, sob pena de comprometer a eficiência, a padronização e a interoperabilidade da solução.

### **4.4. Da Participação na Contratação por Consórcios**

4.4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços, e por não se tratar de entregas ou serviços que exijam grande porte de capital de giro.

### **4.5. Das Garantias para a Execução ou Entrega**

4.5.1. Não haverá exigência de garantia da contratação ou da execução do objeto, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, em se considerando a natureza continuada dos serviços contratados, a baixa especificidade técnica em termos de risco de execução física e a inexistência de demanda de elevada capacidade de execução.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO ADEQUADO AO OBJETO**

5.1. As especificações dos serviços e as condições, prazos e locais para execução do objeto encontram-se descritas no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.2. O regime de fornecimento a ser adotado na execução de contratação será:

- ( ) O de entrega ou pelo fornecimento integral;
- ( X ) O de entrega ou fornecimento continuado;
- ( ) O de entrega ou fornecimento parcelado.

## **6. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO**

6.1. O objeto do contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas consignadas na Lei Federal 14.133/2021 e nas



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

disposições municipais de implantação e regulamentação da utilização da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou de suspensão do contrato, o cronograma de execução do objeto será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, registradas tais circunstâncias mediante simples apostila em pasta, devendo as comunicações ser formalizadas por escrito, para segurança das partes.

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para a apresentação do plano de acompanhamento e fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, aferição de resultados e sanções cabíveis, dentre outros.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da unidade requisitante da contratação, por ser do seu interesse a contratação e por ser do seu domínio a especificidade do objeto e os resultados desejados no caso.

6.5. Além do disposto acima, o andamento da execução do objeto poderá exigir um adicional de atenção da fiscalização, e eventualmente aplicação de sanções.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **7.1. Dos Critérios de Recebimento do Serviço:**

7.1.1. O serviço será recebido provisoriamente de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e mediante nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações consignadas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, e se em observância da proposta e planilha.

7.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação para a retificação ou substituição do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da última medição ou da apresentação da nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, após a verificação da adequada execução dos serviços, e pela consequente aceitação da entrega mediante o recibo apostado na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências técnicas.

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, em adequação do objeto.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

7.1.4. No caso de controvérsia sobre as parcelas da execução do objeto, quanto à dimensão ou quantidade e qualidade dos serviços, poderá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, ou ser a parcela retida até ajuste.

7.1.4.1. O prazo para a solução pelo contratado de inconsistências na execução do contrato ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **7.2. Do Prazo de Faturamento e para o Pagamento**

7.2.1. O faturamento pelos serviços deverá ser entregue para atestamento, no início do mês subsequente à prestação do serviço, junto ao setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

7.2.2. O pagamento pelos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do adimplemento, pelo responsável Finanças/Tesouraria.

7.2.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

7.2.4. Em havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal ou fatura, o prazo para o pagamento será contado a partir de sua reapresentação devidamente regularizada.

7.2.5. A contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme a legislação vigente.

### **7.3. Forma de Pagamento de Parcela Recebida**

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN da RFB 1.234 de 2012, atualizada e de acordo com o regulamento municipal aplicável.

7.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição nos documentos fiscais, em conformidade com o art. 4º da IN RFB 1.234/2012 e com as normas municipais vigentes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio do procedimento indicado no ETP, na modalidade adequada para as especificações do objeto, com adoção do critério de julgamento por **menor preço global do lote único e modo de disputa aberto**, conforme especificação do objeto.

#### 8.2. Exigências de Habilitação para a Contratação

Para fins de habilitação, deverá o proponente interessado comprovar os seguintes requisitos de habilitação para a prestação dos serviços em foco, a serem conferidos na fase própria de conformidade com o procedimento adotado.

##### 8.2.1. Referentes à Habilitação Jurídica

**8.2.1.1. Se Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para identificação em todo o território nacional;

**8.2.1.2. Se Empresário individual:** sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, efetuada perante a Junta Comercial da circunscrição da respectiva sede;

**8.2.1.3. Se Microempreendedor Individual ou MEI:** o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual ou CCMEI, de aceitação condicionada à verificação no sítio (plataforma): <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.1.4. Se Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, que seja efetuado perante a Junta Comercial do território da sua sede, acompanhada dos documentos comprobatórios de seus administradores;

**8.2.1.5. Se Sociedade empresária estrangeira:** a portaria de autorização do seu funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede operacional no Brasil, de conformidade com a Instrução Normativa DREI / ME 77, de 18 de março de 2020.

**8.2.1.6. Se Sociedade simples:** a sua inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da circunscrição de sua sede, acompanhada dos documentos comprobatórios dos seus administradores, conforme consignados no referido termo;

**8.2.1.7. Se Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, averbada no Registro onde tem sede;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**8.2.1.8. Se Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal 5.764 de 16 de dezembro 1971, regente da matéria;

**8.2.1.9. Se Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou por outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, de conformidade com especificação contida no art. 4º, §2º do Decreto Federal 10.880 de 2 de dezembro de 2021, de regência;

**8.2.1.10. Se Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB 971, de 13 de novembro de 2009 (conforme arts. 17 a 19 e 165).

**8.2.1.11. Ato de autorização** para o exercício da atividade, em se tratando de atividade que requeira termo específico de licenciamento, autorização ou de registro.

**8.2.1.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, equivalente a situação jurídica atual.

### 8.3. Da Habilitação Fiscal, Trabalhista e Social

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;

8.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, regente para as relações de trabalho.

8.3.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações especificadas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

8.3.7. Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, na forma da lei.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### **8.4. Da Qualificação Econômico-Financeira**

8.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa proponente licitante.

8.4.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

8.4.2. Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, compatíveis com a execução do contrato e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.4.2.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% [até 10%] do valor da proposta.

8.4.2.2. Alternativamente, poderá ser apresentada prova de possuir Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo de 10% do valor da oferta, ou da planilha de referência, se a oferta for menor.

8.4.2.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.4.2.4. As empresas criadas no mesmo exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação, podendo, para tanto, substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.4.2.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite fixado pela Receita Federal do Brasil para efeito da transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.4.3. Reserva-se ao Agente de Contratação ou pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso estes não sejam apresentados.

### **8.5. Da Qualificação Técnica**

8.5.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços, por ter realizado serviços de implantação, integração, suporte técnico e capacitação em sistemas de saúde pública, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

contratação, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente acompanhados dos respectivos contratos ou instrumentos que comprovem a efetiva prestação dos serviços. A exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional proporcional à complexidade do objeto, e no art. 37, caput, da Constituição Federal, que consagra o princípio da eficiência, garantindo que apenas empresas com experiência prévia e comprovada em projetos de mesma natureza estejam aptas a executar o contrato.

8.5.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz, da filial do fornecedor ou do responsável técnico da empresa licitante, desde que comprovada a vinculação profissional. A previsão encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que disciplina a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, bem como na jurisprudência consolidada do TCU (Súmula nº 263, Acórdãos nº 1.793/2011 e nº 2.258/2015, Plenário), que admite a aceitação de atestados emitidos nessas condições, como forma de garantir isonomia e ampla competitividade sem prejuízo da comprovação da aptidão técnica.

8.5.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no conselho de fiscalização profissional competente, quando a atividade contratada exigir regulamentação específica prevista em lei federal. Exigência fundamentada no art. 67, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a exigência de inscrição em sindicatos, associações ou quaisquer entidades que não possuam competência legal de fiscalização do exercício profissional.

8.5.3. Registro ou inscrição do profissional responsável técnico no conselho de fiscalização profissional competente, com comprovação de regularidade, quando a atividade exigir regulamentação específica prevista em lei federal. Exigência fundamentada no art. 67, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o responsável técnico esteja legalmente habilitado e em situação regular perante o órgão fiscalizador, condição indispensável para a execução adequada e segura do objeto contratual.

8.5.4. Prova de regularidade do responsável técnico perante o respectivo conselho ou entidade de classe, quando aplicável, mediante apresentação de certidão ou documento equivalente expedido pelo órgão de fiscalização profissional. A exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o responsável técnico esteja devidamente habilitado e em situação regular, condição indispensável para a execução adequada do objeto contratual.

8.5.5. Carta de Capacidade Técnica emitida por pessoa jurídica de direito público, acompanhada do contrato de prestação de serviços, comprovando experiência na implantação, integração, manutenção, suporte técnico e capacitação de profissionais em



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

sistemas do ecossistema e-SUS APS. A exigência fundamenta-se no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional dos licitantes, assegurando experiência em objeto de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, condição indispensável para reduzir riscos contratuais e garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde.

8.5.6. Certificado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado vinculada ao Ministério da Saúde, que comprove a aptidão do licitante para utilização e transmissão de dados em sistemas nacionais obrigatórios (SCNES, BPA, SIA, FPO, transmissor e-SUS). Tal exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da especificidade do objeto e da obrigatoriedade legal de integração com plataformas federais como condição para repasse de recursos ao Município.

8.5.7. Carta de Capacidade Técnica emitida por órgão de direito público, acompanhada do respectivo contrato de prestação de serviços, que comprove a experiência do licitante na implantação, suporte técnico e manutenção de sistemas voltados ao controle de filas de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD), transporte e faturamento, com integração plena aos módulos do e-SUS APS. Tal exigência fundamenta-se no Art. 67 da Lei n.º 14.133/2021, que exige comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A exigência é necessária para mitigar riscos de interoperabilidade entre os sistemas de Atenção Básica e o TFD, assegurando continuidade, eficiência operacional e economicidade no atendimento aos usuários do SUS.

8.5.8. Certificado de especialização em Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, e com comprovação de vínculo ao responsável pela gestão do sistema. A exigência fundamenta-se no art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), que impõe aos agentes de tratamento medidas técnicas e administrativas eficazes para proteger dados pessoais, e no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a exigência de aptidão técnica compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado. O requisito é justificado pela necessidade de assegurar segurança, confidencialidade e integridade no tratamento de dados sensíveis na área da saúde.

8.5.9. Certificação fornecida por pessoa jurídica vinculada ao Ministério da Saúde comprovando a aptidão do licitante em serviços de computação em nuvem governamental e mecanismos de segurança da informação constitui exigência legítima e proporcional, justificada pela natureza crítica do objeto licitado, que envolve o tratamento de dados pessoais sensíveis de saúde (art. 5º, II, da Lei nº 13.709/2018 – LGPD). Tal requisito encontra amparo nos princípios da segurança e da prevenção (art. 6º, VI e VII, da LGPD),



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

que impõem aos agentes de tratamento a adoção de medidas técnicas aptas a proteger dados pessoais, bem como no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir comprovação técnica compatível com a complexidade do objeto. Considerando que a solução demandada deve integrar-se à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e a outros sistemas federais, o certificado é essencial para assegurar a interoperabilidade, a continuidade do serviço público e a eficiência da gestão municipal em saúde (art. 37, caput, da CF/88), mitigando riscos de interrupção no fluxo de informações e eventuais prejuízos ao repasse de recursos federais.

8.5.10. Diploma de curso superior do responsável pela instalação e parametrização dos sistemas, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, em Engenharia da Computação, Ciências da Computação, Sistemas de Informação ou áreas correlatas de TI, acompanhado de certificado de especialização em Segurança da Informação. Tal exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer comprovação de aptidão técnica proporcional à complexidade do objeto, bem como nos princípios da segurança e prevenção da Lei nº 13.709/2018 (LGPD, arts. 6º, VI e VII, e art. 46), assegurando que o tratamento de dados sensíveis em saúde seja realizado por profissional formalmente capacitado em tecnologia da informação e proteção de dados.

8.5.11. Diploma de curso de Mestrado em Enfermagem, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, do profissional designado para consultoria e assessoria em Atenção Básica. Tal exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer comprovação de aptidão técnica proporcional e compatível com a complexidade do objeto, assegurando que a consultoria em saúde seja prestada por profissional com formação avançada e aderente às necessidades da Atenção Básica. A exigência também se harmoniza com o princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF/88) e com a diretriz de cooperação técnica prevista na Lei nº 8.080/1990, art. 15, XIII, conferindo maior segurança e efetividade à execução contratual.

8.5.12. Comprovação de experiência na Atenção Básica do responsável pela análise e validação dos relatórios gerenciais e operacionais. Tal exigência fundamenta-se no princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF/88), assegurando que os relatórios utilizados para monitoramento e faturamento tenham validação especializada e aderente à realidade da saúde pública municipal. Complementarmente, encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer comprovação de aptidão técnica proporcional à complexidade do objeto, garantindo a fidedignidade das informações processadas e maior segurança na execução contratual.

8.5.13. Certificado emitido por pessoa jurídica vinculada ao Ministério da Saúde (ente público ou entidade privada vinculada), comprovando aptidão do licitante para desempenho



de atividades compatíveis com o objeto (implantação, integração, suporte e capacitação em saúde digital na Atenção Básica). A exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional proporcional e pertinente ao objeto, bem como no art. 37, caput, da CF/88, que consagra o princípio da eficiência. Trata-se de requisito necessário para mitigar riscos de inexecução contratual e assegurar que a execução se dê por empresa efetivamente capacitada, garantindo eficiência, continuidade e segurança na gestão de dados sensíveis em saúde.

8.5.14. Certificado emitido por ente ou entidade vinculada ao Ministério da Saúde, comprovando aptidão técnica do licitante para o tratamento seguro e adequado de dados sensíveis de saúde, em conformidade com a LGPD (políticas de segurança, prevenção, governança e registro de incidentes). A exigência fundamenta-se no art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), que impõe a obrigação de adotar medidas de segurança técnicas e administrativas proporcionais aos riscos do tratamento de dados pessoais, em especial os sensíveis, bem como no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer comprovação de qualificação técnica compatível com a complexidade do objeto. O requisito é necessário para mitigar riscos de violação de dados em saúde, assegurar a conformidade legal e garantir eficiência e continuidade na prestação dos serviços públicos de saúde.

8.5.15. Certificado emitido por ente ou entidade vinculada ao Ministério da Saúde, comprovando aptidão do licitante para atualização e operação do sistema e-SUS APS (incluindo rotinas de integração, parametrização e transmissão de produção — RNDs, CADSUS, BPA/SIA, SISAB). A exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, como qualificação técnico-profissional e técnico-operacional proporcional e pertinente ao objeto. Trata-se de requisito diretamente vinculado às características técnicas da contratação, em razão da obrigatoriedade de interoperabilidade com plataformas federais e do envio regular de informações à base nacional de saúde, assegurando eficiência administrativa e continuidade dos repasses vinculados à Atenção Básica.

8.5.16. Certificado de especialização em Gestão de Saúde do profissional responsável pela consultoria/assessoria técnica, emitido por instituição reconhecida pelo MEC, com comprovação de vínculo com a empresa licitante. A exigência fundamenta-se no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer comprovação técnico-profissional proporcional e compatível com a complexidade do objeto. Trata-se de requisito pertinente, dada a necessidade de assegurar que a consultoria em atenção básica, organização de filas/TFD e gestão de indicadores em saúde seja conduzida por profissional com formação avançada e qualificação formal diretamente relacionada ao objeto da



contratação.

8.5.17. Certificado de especialização em Segurança da Informação do profissional responsável pela política de controle de acessos, integridade de dados e auditoria da solução, emitido por instituição reconhecida pelo MEC, com comprovação de vínculo com a empresa licitante. A exigência fundamenta-se no art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), que impõe a adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção de dados pessoais, em especial os sensíveis de saúde, e no art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer comprovação técnico-profissional proporcional e compatível com a complexidade do objeto. A medida observa ainda o princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF/88) e mostra-se necessária e proporcional diante da criticidade das informações em saúde, assegurando controles de acesso, integridade, trilhas de auditoria e resposta a incidentes.

#### 8.5.18. Nota Explicativa

As exigências adicionais de qualificação técnica previstas nos subitens 8.5.5 a 8.5.17 foram fundamentadas em Estudo Técnico Preliminar (ETP) e têm como objetivo garantir a adequada execução do contrato, em consonância com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público primário (art. 37, caput, da Constituição Federal).

Essas exigências guardam proporcionalidade e pertinência direta com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que a empresa contratada disponha de profissionais e de experiência comprovada em: (i) implantação, integração e suporte dos sistemas e-SUS APS e TFD; (ii) segurança da informação e conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018); (iii) gestão e análise técnica da Atenção Básica em saúde, conforme orientações do Ministério da Saúde e dos Tribunais de Contas. Ademais, os requisitos relacionados à formação acadêmica, certificações específicas e experiência mínima não configuram restrição indevida à competitividade, mas sim medidas de mitigação de riscos contratuais, nos termos dos arts. 20 e 22 da Lei nº 14.133/2021 (gestão e alocação de riscos), necessárias para assegurar a compatibilidade da solução com a infraestrutura local, a qualidade técnica dos serviços e a segurança jurídica do contrato. Portanto, a Administração entende que a fixação desses requisitos é indispensável para garantir a plena consecução do objeto, a economicidade da contratação e a continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde, prevenindo falhas técnicas que poderiam comprometer a integração dos sistemas e a gestão eficiente da Atenção Básica.

## 8.6. Critérios de aceitabilidade da proposta



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

8.6.1. A proposta de preços deverá conter:

8.6.1.1. Modalidade e número da licitação;

8.6.1.2. Especificação sucinta do objeto licitado;

8.6.1.3. A razão social, o número do CNPJ, o endereço comercial, o telefone e endereço eletrônico da proponente licitante;

8.6.1.4. Valor global do serviço, discriminando valores mensais/unitários e total;

8.6.1.4.1. O valor mensal ou unitário deve ser apresentado em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02(duas) casas decimais.

8.6.1.4.2. O valor global total deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, máximo de 02 (duas) casas decimais.

8.6.1.5. Termo de sustentação da proposta ofertada por até 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da sessão destinada à contratação, ou da data da assinatura da proposta em não havendo sessão para a contratação direta.

8.6.2. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá realizar Prova de Conceito (PoC) presencial no Município, como condição suspensiva para adjudicação do objeto. A PoC terá como finalidade comprovar a aderência mínima de 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades exigidas em cada módulo do sistema, conforme especificações constantes no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar e no Anexo I – Relação dos Itens para Proposta.

8.6.2.1. A não realização da PoC, o não atingimento do percentual mínimo de aderência, ou a reprovação em qualquer dos requisitos mandatórios (como integração plena com o e-SUS/PEC, geração e transmissão de BPA/SIA, conformidade com a LGPD, uso de protocolo HTTPS/TLS, gestão de filas, transporte de pacientes e faturamento TFD), implicará desclassificação imediata da licitante, com a convocação da segunda colocada, e assim sucessivamente, até que haja aprovação técnica.

8.6.2.2. Também constituem causas de desclassificação: (i) falhas graves de usabilidade que comprometam o fluxo de trabalho da Atenção Básica; (ii) inconsistências que inviabilizem a utilização do sistema em ambiente real de produção; (iii) não conformidade com requisitos mínimos de segurança da informação e rastreabilidade exigidos pela LGPD.

8.6.2.3. Todos os custos relacionados à realização da PoC — incluindo deslocamento, hospedagem, alimentação, pessoal técnico e equipamentos necessários — serão de responsabilidade exclusiva da licitante, cabendo ao Município apenas disponibilizar infraestrutura de internet e ambiente para a demonstração.

8.6.2.4. O resultado da PoC será registrado em relatório detalhado pela comissão de acompanhamento, contendo as funcionalidades atendidas, as eventuais não conformidades e a conclusão sobre a aprovação ou reprovação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

8.6.2.5. A licitante poderá interpor recurso administrativo contra a decisão da comissão no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da divulgação do resultado da PoC, sendo que a Administração deverá apreciar e decidir o recurso no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

### **8.6.2.6. Nota Explicativa**

A exigência da Prova de Conceito (PoC) presencial foi fundamentada em Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nas análises de risco previstas no art. 18, X da Lei nº 14.133/2021. O objetivo é garantir a efetiva aderência da solução ao ambiente tecnológico e organizacional do Município, assegurando a compatibilidade com a infraestrutura local, a integração plena com os sistemas do Ministério da Saúde (e-SUS/PEC, RNDS, CADSUS, BPA/SIA, SISAB), e a conformidade com os requisitos legais de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

A PoC é condição indispensável para mitigar riscos contratuais, pois permite verificar antes da adjudicação definitiva se a solução ofertada é tecnicamente exequível, segura e alinhada às necessidades operacionais da Atenção Básica. Essa medida evita o risco de contratação de sistemas que, na prática, não atendam às funcionalidades essenciais, o que poderia gerar descontinuidade dos serviços de saúde, prejuízos financeiros e retrabalho administrativo.

A exigência de que a PoC seja realizada no Município encontra amparo no princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF/88) e na razoabilidade (art. 11 da Lei nº 14.133/2021), uma vez que possibilita a avaliação da solução em ambiente real de uso, com a presença dos profissionais que efetivamente utilizarão o sistema. Além disso, garante que a Administração tenha condições de aferir o desempenho em condições idênticas às de produção, o que não seria possível em ambiente remoto ou de laboratório.

Portanto, a fixação da PoC presencial como condição suspensiva para adjudicação é medida proporcional, necessária e juridicamente adequada, voltada à proteção do interesse público primário, à continuidade dos serviços essenciais de saúde e à segurança da contratação.

8.6.3. A proposta somente será considerada válida, para fins de aceitabilidade, se atender cumulativamente às condições previstas no item 8.6.1 (conteúdo da proposta de preços), estiver acompanhada da documentação comprobatória exigida no item 8.5 (qualificação técnica) e se a licitante cumprir integralmente as exigências do item 8.6.2 (Prova de Conceito – PoC). O descumprimento de qualquer dessas condições implicará desclassificação imediata da proposta.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível.

9.2. As sanções aplicáveis consistem em:

I – advertência;

II – multa, na forma e nos percentuais estabelecidos neste edital e no contrato;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. As penalidades poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, observando-se sempre os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

9.4. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regularmente instaurado.

9.5. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Administração ou cobradas judicialmente, se necessário.

9.6. A aplicação de penalidades não exime o Contratado da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua conduta.

## **10. DAS ESTIMATIVAS DE VALORES**

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, nos termos do art. 24, §§1º e 3º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a divulgação prévia das cotações de referência pode comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e prejudicar a competitividade do certame.

10.2. O valor estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, em observância ao disposto no art. 24, §1º da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da divulgação da composição dos preços de referência em sistemas ou bancos de preços públicos, conforme regulamento.

10.3. A manutenção do sigilo do orçamento estimado até o momento adequado visa resguardar os princípios da competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e da busca da proposta mais vantajosa (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária(s) do Orçamento Programa para 2025:

**Estrutura:** 02.05.10.10.301.2781.2022

**Elemento** 33.90.39.00



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**Dotação:** 196

**Fonte:**1500/1621/1600

11.2. As despesas referentes aos exercícios subsequentes serão atendidas por dotações orçamentárias equivalentes, observadas as normas legais e a disponibilidade financeira da Administração

.

## **12. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

12.1. A execução do presente contrato será acompanhada, fiscalizada e controlada pelos profissionais da unidade requisitante, diretamente envolvidos na especificação do objeto, responsáveis por verificar a conformidade e a fiel execução das obrigações contratuais.

## **13. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO (LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO) CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO / CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO / INFORMAÇÕES CONEXAS**

### **13.1. Condições e especificação da execução**

13.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

13.1.1.1. A prestação dos serviços será realizada por etapas, conforme a expedição das ordens de serviços, até o cumprimento final.

13.1.1.2. As rotinas da prestação dos serviços seguirá a ordem do cronograma de realização do objeto, como consta deste termo.

### **13.2. Local e horário**

13.2.1. Os serviços serão prestados, prioritariamente, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde e nas unidades vinculadas do Município Contratante, podendo ser executados de forma remota quando tecnicamente viável, sem prejuízo da qualidade.

13.2.2. Os serviços serão realizados nos horários de regular funcionamento da Administração, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h00, em dias úteis, vedada a prestação fora desse período, salvo em situações excepcionais devidamente autorizadas pela Administração.

### **13.3. Rotinas a serem cumpridas**

13.3.1. Os serviços serão prestados em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nos anexos técnicos, devendo observar integralmente os requisitos funcionais e operacionais definidos, bem como os cronogramas e parâmetros de execução estabelecidos pela Administração.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### **13.4. Condições de Entrega**

13.4.1. A execução do objeto terá início com a implantação e parametrização dos sistemas contratados, cujo prazo máximo de conclusão será de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

13.4.2. Concomitantemente à implantação, terão início os serviços de suporte técnico, capacitação e manutenção corretiva/preventiva, que serão prestados de forma continuada durante toda a vigência contratual, nos termos do item 1.4 deste Termo de Referência.

13.4.3. As condições específicas de execução, prazos, rotinas por item e requisitos a serem demonstrados em Prova de Conceito (PoC) seguem o detalhamento constante no Anexo I – Relação dos Itens para Proposta, parte integrante deste Termo de Referência.

### **13.5. Da garantia técnica**

13.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será correspondente a todo o período de vigência contratual, abrangendo o licenciamento de uso do software, o suporte técnico e a manutenção corretiva e preventiva, conforme descrito nas especificações técnicas.

13.5.2. A manutenção da garantia será prestada com vistas a manter os serviços e sistemas em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.5.3. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva e atualização total do serviço pelo próprio Contratado, ou, quando aplicável, por meio de equipe técnica autorizada.

13.5.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a correção de falhas, vícios ou defeitos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem prejuízo de prazos menores definidos para situações críticas que comprometam a continuidade dos serviços de saúde.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **14.1. Das Obrigações do Contratado**

14.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

14.1.2. Efetuar o fornecimento ou a prestação do serviço conforme especificado no presente instrumento de referência e no instrumento de contrato.

14.1.3. Providenciar a imediata correção de quaisquer irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à prestação dos serviços ou a funcionalidade dos produtos.

14.1.4. Garantir a boa qualidade dos serviços prestados e dos produtos entregues, de modo a atender satisfatoriamente as necessidades da contratação a ser pactuada.

14.1.5. Atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, à convocação para retirada da(s)



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

Nota(s) de Empenho referentes ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços.

14.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, observando a compatibilidade com as obrigações contratuais assumidas.

14.1.7A Contratada será responsável pelos danos diretos e comprovados causados ao Contratante ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus prepostos ou de terceiros a seu serviço, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou acompanhamento realizado pelo Contratante, ficando excluídos danos indiretos, lucros cessantes, atos de força maior ou culpa exclusiva do Contratante ou de terceiros alheios ao contrato, em conformidade com os arts. 186 e 927 do Código Civil e o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da proporcionalidade e razoabilidade (art. 11 da Lei nº 14.133/2021).

14.1.8. A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos, taxas e quaisquer demais obrigações legais incidentes sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato, eximindo o Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

14.1.9. A Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação válida e atualizada do cumprimento de todas as obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias e sociais legalmente exigíveis, relativas ao pessoal envolvido na execução deste contrato.

### **14.2. Obrigações do Contratante**

14.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, por meio de profissionais vinculados à unidade solicitante da contratação, de forma objetiva, registrada e documentada, garantindo transparência e segurança jurídica na supervisão das atividades.

14.2.2. Fiscalizar a manutenção, pelo Contratado, de todas as condições exigidas para habilitação neste Termo de Referência durante toda a execução do contrato, em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, de forma periódica e sempre que necessário, assegurando que o contratado mantenha plena compatibilidade com as exigências legais e contratuais.

14.2.3. Efetuar o pagamento da fatura apresentada pelo Contratado correspondente aos serviços prestados, no vencimento estabelecido, mediante apresentação de documento fiscal válido e em conformidade com a legislação tributária e contábil aplicável.

14.2.4. Notificar o Contratado, por escrito e formalmente registrada, estabelecendo prazo razoável para a correção de defeitos ou irregularidades identificadas na execução dos serviços, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

14.2.5. Disponibilizar ao Contratado todas as condições necessárias à execução dos serviços, incluindo acesso às dependências, equipamentos e informações essenciais, em condições adequadas e em tempo hábil, de modo a permitir o fiel cumprimento do objeto contratual.

### **15. DO CONTRATO**

15.1. O instrumento do procedimento licitatório deverá disponibilizar aos interessados a minuta do contrato, em conformidade com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, garantindo ciência prévia das cláusulas e condições contratuais.

15.2. O Contratado não poderá alegar desconhecimento das condições de execução dos serviços, de entrega das soluções tecnológicas ou das cláusulas obrigacionais previstas neste Termo de Referência e na minuta do contrato.

### **16. ANEXOS**

16.1. O presente Termo de Referência é instrumento de especificação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que lhe deu origem, bem como dos demais documentos complementares, relacionados a seguir:

a) Anexo I – Relação dos Itens para Proposta;

### **17. REFERÊNCIAS TÉCNICAS**

17.1 Os Anexos especificados no item 16 integram o presente Termo de Referência para todos os fins legais e servirão de base para a prospecção técnica dos proponentes interessados.

### **18. QUESTÕES PENDENTES**

18.1 Os signatários do presente Termo de Referência estarão disponíveis para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do objeto.

Em Tiros/MG, **08 de outubro de 2025.**

.....  
**PATRÍCIA KENYA FARIA DE LIGÓRIO**  
**COORDENADORA DE SERVIÇOS EM SAÚDE**  
**MATRÍCULA: 3197**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---



## **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – RELAÇÃO DOS ITENS PARA PROPOSTA**

### **1. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

1.1. Serviços de capacitação e suporte técnico destinado às equipes que atuam na Atenção Básica do SUS do Município

1.1.1. Auxiliar o Município requisitante nas ações de implantação do Sistema e-SUS AB, composto por dois softwares para coleta dos dados:

1.1.1.1. Sistema com Coleta de Dados Simplificada (CDS), sistema de transição/contingência, que apoia o processo de coleta de dados por meio de fichas e um sistema de digitação. A utilização do CDS é indicada para estabelecimentos de saúde que não possui conexão de internet nem, unidade de saúde que não possuem computadores suficientes para os profissionais;

1.1.1.2. Sistema com Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), sistema com prontuário eletrônico, que tem como principal objetivo apoiar o processo de informatização das UBS.

1.1.2. Promover a capacitação dos profissionais que atuam na Atenção Básica, para prepará-los para utilização do Sistema com Coleta Simplificada de Dados (CDS) e do Sistema com Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), da seguinte forma:

1.1.2.1. A capacitação deverá ser realizada em duas etapas, para a relação de usuários a ser apresentada pelo Município Contratante, no que for necessário o normal uso dos sistemas. A primeira etapa consistirá na capacitação teórica, onde os Servidores receberão materiais em PDF elaborados pela Contratada para conhecerem os principais pontos e funcionalidades dos sistemas. A segunda etapa será a prática, momento em que os Servidores terão contato com os sistemas e todas as suas funções, tornando-os aptos aos seus manuseios.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- 1.1.2.2. A Capacitação deverá ser ministrada por profissional(ais) da Contratada com conhecimento técnico na área;
- 1.1.2.3. A capacitação será realizada nas dependências do Município Contratante que deverá oferecer toda a estrutura necessária aos seus servidores e ao profissional da Contratada, incluindo disponibilização de equipamento de projeção, computadores, etc.;
- 1.1.2.4. Durante a capacitação os usuários terão acesso a todas as informações necessárias para a operação dos sistemas, compreenderão o papel das funções dos sistemas e a mudança da sua rotina de trabalho para a nova rotina com o uso dos sistemas;
- 1.1.2.5. A carga horária mínima da capacitação será de 20 (vinte) horas/semana, sendo extensivo a todos os servidores usuários, devendo ser executado no horário de expediente do Contratante;
- 1.1.2.6. Todos os custos relativos ao treinamento (deslocamento até à sede do Contratante, eventual estadia e alimentação de funcionários e técnico da Contratada) serão arcados única e exclusivamente pela empresa Contratada, exceto no que se refere à disponibilização de local adequado, computadores e equipamento de projeção;
- 1.1.2.7. A Contratada deve disponibilizar aos servidores usuários, manuais, em PDF, contendo as principais rotinas dos sistemas;
- 1.1.2.8. A capacitação deverá possibilitar aos Usuários todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada funcionalidade, bem como emissão de relatórios;
- 1.1.2.9. O profissional da Contratada, responsável pela capacitação dos servidores, deverá comparecer ao local indicado pelo Município Contratante, devendo portar identificação visível,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

crachá funcional ou vestimenta padronizada que permita sua identificação pela equipe do município.

1.1.3. Oferecer todo o suporte necessário às equipes do Município Contratante, incluído:

1.1.3.1. Auxiliar o Gestor na identificação das características tecnológicas disponíveis e necessárias, tais como conectividade adequada à Internet (quando possível), quantidade de computadores, quantidade de impressoras, quantidade de recursos humanos, entre outros;

1.1.3.2. Auxiliar o Gestor na definição, a partir das características tecnológicas possíveis e disponíveis, o tipo de sistema a ser implantado em cada localidade, ou seja, se será feito por meio de CDS ou PEC;

1.1.3.3. Auxiliar o Gestor na organização do processo de trabalho das equipes no que diz respeito à coleta de dados e digitação deles no software escolhido;

1.1.3.4. Auxiliar o Gestor quando este for responder ao questionário sobre os dados de estrutura das unidades, através do Sistema de Controle de Uso do e-SUS AB disponível no Portal do DAB;

1.1.3.5. Auxiliar os usuários no preenchimento correto das informações junto aos sistemas;

1.1.3.6. Auxiliar os usuários para que atendam à legislação e regulamentação em relação ao processo de trabalho de sua categoria profissional durante o uso do sistema;

1.1.3.7. Auxiliar os usuários na execução dos processos complementares que garantam a segurança dos registros;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

1.1.3.8. Auxiliar a Gestão local na certificação da configuração adequada dos equipamentos, em pleno acordo com requisitos mínimos necessários para uso do Sistema e-SUS AB;

1.1.3.9. Analisar os relatórios emitidos pelo Município Contratante por meio dos sistemas e emitir parecer técnico semanal, preferencialmente em formato digital, com envio até o segundo dia útil da semana seguinte, visando acompanhar o cumprimento das metas do Novo Modelo de Financiamento da Saúde e dos indicadores de produção.

1.1.4. Os serviços de suporte serão prestados ilimitadamente de forma remota (telefone, e-mail, acesso remoto, aplicativo de mensagem instantânea), bem como de forma presencial, por meio de visitas do(s) profissional(ais) da Contratada, conforme especificado a seguir:

1.1.4.1. A contratada deverá garantir que seu(s) profissional(is) compareça(m) à sede do Município Contratante ao menos uma vez por mês, em dias úteis, durante o horário de expediente e por um período mínimo de 8 (oito) horas por visita. As datas e horários serão definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo vedado o agendamento para sábados, domingos ou feriados. Todas as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação ou quaisquer outros custos decorrentes dessas visitas presenciais serão de responsabilidade exclusiva da contratada, já incluídas no valor da remuneração contratual.

1.2. Implantação do sistema de tratamento fora do município (TFD), transporte e faturamento.

1.2.1. A implantação compreende em realizar a instalação e parametrização do sistema no servidor como em todos os computadores dos setores da saúde que sejam necessários e o município determinar;



1.3. Licença mensal de uso do sistema de gerenciamento de filas de espera por procedimentos, exames e tratamento fora do domicílio (TFD), transporte e faturamento.

1.4. **Licença mensal de uso do sistema** - compreende o direito de utilização de todos os módulos e funcionalidades previstas neste Termo de Referência, incluindo atualizações, suporte técnico e manutenção corretiva/evolutiva durante a vigência contratual.

1.4.1. Licença mensal do sistema para a área de saúde pública para auxiliar na gestão de espera por procedimentos, exames e tratamento fora do domicílio (TFD) visando organizar e otimizar o atendimento aos pacientes do município que necessitam de tratamentos de média e alta complexidade ou especializados não ofertados pelo município.

1.4.1.1. O sistema, na sua totalidade, deve atender:

1.4.1.1.1. Gerenciar Filas de Espera: Cada paciente é inserido em uma fila conforme a especialidade médica de que necessita. A ordem de chegada é respeitada, garantindo transparência e justiça no atendimento.

1.4.1.1.2. Facilidade de Agendamento: O sistema deve permitir que a prefeitura controle de forma eficiente o agendamento das consultas e procedimentos fora do município, garantindo que os pacientes sejam atendidos o mais rápido possível.

1.4.1.1.3. Transparência para o Paciente: É importante que o sistema possa oferecer um link acessível na página da prefeitura, onde o paciente possa consultar sua posição na fila de espera e acompanhar a evolução do seu caso. Além disso, o sistema deverá enviar notificações automáticas por meio de aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) a cada etapa relevante do processo — como inclusão na fila, alteração de posição, agendamento, alteração de agendamento e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

cancelamento de agendamento — trazendo maior tranquilidade e confiança ao cidadão, que será informado de forma proativa e saberá exatamente qual é a sua situação.

1.4.1.1.4. Flexibilidade e Justificativas: Caso seja necessário alterar a posição de um paciente na fila, o sistema deve permitir que seja feito de maneira controlada, com a devida justificativa, garantindo a flexibilidade necessária para casos prioritários.

1.4.1.1.5. Integração com o E-SUS/PEC: Para agilizar o processo de cadastro, o sistema deverá se comunicar diretamente com o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), capturando automaticamente os dados dos pacientes, procedimentos e exames solicitados e evitando erros manuais.

1.4.1.2. Requisitos de estrutura, funcionamento e licenciamento

1.4.1.2.1. Toda a estrutura necessária para a disponibilização do sistema em produção é de responsabilidade da empresa contratada, exceto a estrutura local do município como internet, roteadores e computadores.

1.4.1.2.2. Funcionar em ambiente WEB, acessível pelos principais navegadores do mercado: Google Chrome, Mozilla Firefox, Safári, Ópera e Microsoft Edge; tanto através do computador, como também através de dispositivos móveis, sem a existência de nenhum componente que seja necessário instalação nas estações clientes.

1.4.1.2.3. A empresa contratada deve estar ciente que o licenciamento do banco de dados, framework e sistema operacional deverão estar contemplados na proposta, não sendo responsabilidade do município qualquer gasto com licenciamento no momento da assinatura do contrato quanto durante a sua vigência.



- 1.4.1.2.3.1. A plataforma deve rodar sobre sistema operacional com suporte ativo, se o sistema operacional for licenciado, deve apresentar licença válida, caso o sistema esteja sob uma licença gratuita a apresentação da licença se torna desnecessária;
- 1.4.1.2.3.2. Sistema deve rodar sobre plataforma de desenvolvimento com suporte ativo e em uma versão LTS, se a plataforma for licenciada, deve apresentar licença válida, caso a plataforma esteja sob uma licença gratuita a apresentação da licença se torna desnecessária;
- 1.4.1.2.3.3. O banco de dados do sistema deve ter suporte ativo, se o banco de dados for licenciado, deve apresentar licença válida, caso o banco de dados esteja sob uma licença gratuita a apresentação da licença se torna desnecessária;
- 1.4.1.2.3.4. O servidor web deve rodar sobre plataforma com suporte ativo e em uma versão LTS, se o servidor web for licenciado, deve apresentar licença válida, caso o servidor web esteja sob uma licença gratuita a apresentação da licença se torna desnecessária;
- 1.4.1.2.4. Toda a comunicação do sistema deve se estabelecer sob protocolos HTTPS/SSL para garantir a confidencialidade, integridade e autenticidade dos dados transmitidos, atendendo aos requisitos de segurança com suporte mínimo ao protocolo TLS 1.3 e utilização de um certificado válido para o nome de domínio.
- 1.4.1.2.5. O sistema deverá ser web, sem emulação e sem plugin do navegador. Não sendo permitido também a utilização de software de emuladores de terminal ou navegadores.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

1.4.1.2.6. A empresa contratada deve fornecer e garantir os serviços de backup para o sistema, banco de dados e seus arquivos.

### **1.4.1.3. Necessidades detalhadas do sistema**

1.4.1.3.1. O sistema deve permitir a configuração do sistema para a inclusão da identidade do município (como nome da prefeitura, secretaria de saúde, bandeira do município e brasão do município) em interfaces e relatórios. Garantindo assim a personalização e caracterização do sistema e documentos do município.

1.4.1.3.2. O sistema deve possuir um controle de entrada no sistema (tela de login) onde o usuário cadastrado deverá informar o seu login e senha para entrar no sistema.

1.4.1.3.2.1. A tela de login deverá ter a funcionalidade de recuperar senha para que o usuário possa recuperá-la sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico

1.4.1.3.2.2. Possuir a funcionalidade de bloquear o usuário caso realize algumas tentativas sem sucesso, visando evitar que pessoas não autorizadas tentem acessar o sistema com um usuário que não pertence a elas. Nesse caso o usuário também deve conseguir realizar o desbloqueio sem a ajuda do suporte.

1.4.1.3.3. O sistema deverá possuir uma parte administrativa que deverá ter acesso restrito e será responsável pelo cadastro dos dados da prefeitura e secretaria de saúde, dos usuários do sistema, suas permissões, configurações de senha e segurança.

1.4.1.3.3.1. Caso a parte administrativa do sistema fique separada do sistema de objeto deste item, o login deverá



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

ser único para ambos os sistemas, porém cada um com suas permissões e acessos.

1.4.1.3.4. O cadastro dos dados da prefeitura e secretaria de saúde deve possuir no mínimo nome da prefeitura, nome da secretaria de saúde, CNES da secretaria de saúde, brasão da prefeitura e bandeira da prefeitura.

1.4.1.3.5. O cadastro de configurações de senha e segurança deve possuir no mínimo os seguintes itens de segurança de senha que deverão ser configurados conforme a necessidade do município: "Tamanho mínimo de senha", "Mínimo de letras maiúsculas", "Mínimo de senhas minúsculas", "Mínimo de números", "Mínimo de caracteres especiais", além de permitir parametrizar o número tentativas que o usuário pode errar uma senha antes de bloquear seu acesso, configurar se a senha tem um prazo para expiração e por fim se a senha poderá ser ou não reutilizada pelo usuário após algumas trocas. Todas essas configurações devem ser gerais para todos os usuários do sistema.

1.4.1.3.6. O cadastro de usuário deverá possuir no mínimo o seu usuário de acesso, senha, e-mail para recuperação de senha, se o usuário está ativo, se a senha está válida além de suas informações pessoais como CPF, CNS, nome, nome social, data de nascimento e filiação.

1.4.1.3.7. O sistema deve possuir permissões ao nível de menus, funcionalidades e até campos caso necessário. O cadastro de permissões de acesso dos usuários deverá ser definido de duas formas:

1.4.1.3.7.1. Por perfil/grupo: A permissão para as funcionalidades do sistema deverão ser definidas para um perfil/grupo criado pelo administrador do sistema. Este



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

perfil deverá ser associado aos usuários que a ele pertencem e conseqüentemente as permissões dos usuários serão as permissões do perfil/grupo. Ao modificar as permissões do perfil/grupo, todos os usuários vinculados a ele deverão ter suas permissões ajustadas conforme a nova configuração.

- 1.4.1.3.7.2. Por usuário: A permissão do usuário deverá estar vinculada diretamente ao usuário, podendo conceder a ele um acesso específico sem a necessidade de associar este usuário a um grupo ou perfil de usuários.
- 1.4.1.3.8. O sistema deve permitir saber qual usuário está associado a qual perfil.
- 1.4.1.3.9. O sistema deve permitir a qualquer momento criar ou alterar um perfil e escolher quais usuários deverão ser associados a ele.
- 1.4.1.3.10. O sistema deve ser capaz de aplicar ou reaplicar o perfil para mais de um usuário de uma vez
- 1.4.1.3.11. O sistema deve utilizar a base de dados do SIGTAP para a vinculação dos procedimentos agendados no TFD. Essa base deverá ser atualizada mensalmente, garantindo que apenas procedimentos vigentes e devidamente registrados estejam disponíveis para seleção no momento da solicitação médica, garantindo a padronização e evitando inconsistências ou erros de digitação.
- 1.4.1.3.12. O sistema deverá integrar-se ao cadastro oficial de municípios e unidades federativas fornecido pelo IBGE. Essa funcionalidade garantirá a padronização evitando inconsistências ou erros de digitação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- 1.4.1.3.13. O sistema deve utilizar a base oficial da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para o registro das ocupações. Essa base deve ser atualizada periodicamente, garantindo a padronização e evitando inconsistências ou erros de digitação.
- 1.4.1.3.14. O sistema deve utilizar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) como base oficial para o registro e gestão de profissionais de saúde e unidades de saúde. Essa base deve ser atualizada periodicamente, garantindo a padronização e evitando inconsistências ou erros de digitação.
- 1.4.1.3.15. O sistema deve utilizar a Classificação Internacional de Doenças (CID), adotada e atualizada no Brasil pelo Ministério da Saúde, como base oficial para o registro de diagnósticos e procedimentos. Essa base deve ser atualizada periodicamente, garantindo a padronização e evitando inconsistências ou erros de digitação.
- 1.4.1.3.16. O sistema deve possuir um cadastro único para as informações de pessoas físicas, sejam cidadãos, profissionais de saúde ou funcionários do município, assegurando a identificação exclusiva por meio do CPF e/ou do CNS. Essa abordagem deve garantir que não haja duplicidade de registros ou inconsistências nas informações armazenadas no sistema.
- 1.4.1.3.17. O sistema deve integrar-se à base de dados do E-SUS/PEC para realizar a consulta e importação dos dados de pessoas físicas, procedimentos e exames, desde que o município tenha autorizado o acesso de leitura. Esse acesso deve ser estabelecido de forma segura, pela empresa contratada, utilizando conexão criptografada por SSL/TLS e limitado a um endereço IP específico (/32), garantindo a



proteção e confidencialidade das informações durante a comunicação.

1.4.1.3.18. O sistema deve exibir claramente a identificação do usuário que efetuou o login, garantindo transparência nas ações realizadas. Além disso, deve oferecer ao usuário autenticado as funcionalidades:

1.4.1.3.18.1. Alteração de senha: Deve ocorrer de forma autônoma, permitindo que ele a atualize sempre que julgar necessário.

1.4.1.3.18.2. Sair do sistema: O sistema deve oferecer a opção de logout, permitindo que o usuário se desconecte adequadamente. Isso garante que, ao finalizar sua sessão, outra pessoa não consiga realizar ações indevidas com seu usuário e senha.

1.4.1.3.19. O sistema deve disponibilizar ferramentas de acessibilidade para promover uma navegação inclusiva e confortável, dentre elas:

1.4.1.3.19.1. Modo Claro e Escuro: Permite que o usuário ajuste a interface para maior conforto visual, ajudando na redução da fadiga ocular e melhorando a legibilidade em diferentes ambientes de iluminação.

1.4.1.3.19.2. Ajuste de Tamanho da Fonte: Facilita a leitura, especialmente para pessoas com dificuldades de visão, permitindo a personalização do tamanho do texto conforme a necessidade do usuário.

1.4.1.3.19.3. Busca por Menus: Facilita a navegação, ajudando usuários a localizar rapidamente as funcionalidades, melhorando a experiência de quem tem dificuldades cognitivas ou motoras.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

1.4.1.3.20. O sistema deve permitir que o município cadastre as filas conforme sua necessidade.

1.4.1.3.21. Para adicionar um paciente na fila o sistema deve solicitar no mínimo os seguintes dados:

1.4.1.3.21.1. Dados do paciente: CPF, CNS, nome, sexo, data de nascimento, nacionalidade (brasileiro, naturalizado ou estrangeiro), município de nascimento, país de nascimento, data de naturalização, portaria de naturalização, data de entrada no Brasil, Filiação, cor/raça, identidade de gênero, orientação sexual, nome social, etnia, se a pessoa faleceu, data do óbito e certidão de óbito. Caso o paciente já tenha sido cadastrado anteriormente, os dados devem ser preenchidos com os dados já presentes na base de dados.

1.4.1.3.21.2. Contato do paciente: permitir o cadastro de múltiplos dados de contato para cada paciente, incluindo telefone, endereço e e-mail. Deve ser possível registrar um ou mais números de telefone, e-mails e endereços para cada paciente. Caso o paciente já tenha sido cadastrado anteriormente, os dados devem ser preenchidos com os dados já presentes na base de dados.

1.4.1.3.21.3. Solicitante do exame: o sistema deverá coletar obrigatoriamente a data da solicitação do pedido, a cidade de atendimento, a unidade de saúde onde o médico atua e a identificação do médico solicitante.

1.4.1.3.21.4. Detalhes da solicitação: O sistema deve registrar os detalhes da solicitação do médico, incluindo a fila na qual o paciente será inserido, sua classificação de risco, o código do procedimento a ser realizado conforme a tabela SIGTAP, CBO do médico encaminhado, os CIDs principal,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

secundário e de causas associadas, o motivo do encaminhamento e observações do seu atendimento.

1.4.1.3.22. Caso o paciente não seja residente do município, o sistema deverá alertar o operador que está realizando o cadastro.

1.4.1.3.23. O sistema deverá adicionar o paciente adicionado ao último lugar da fila selecionada.

1.4.1.3.24. Após a inclusão do paciente na fila, o sistema deve gerar e disponibilizar um login e senha exclusivos, permitindo que o paciente acompanhe o andamento de sua solicitação de atendimento por meio de um site específico. Além disso, o sistema deve possibilitar que funcionários do TFD acessem e reemitam essas credenciais a qualquer momento, caso o paciente esqueça seus dados de acesso.

1.4.1.3.25. Um paciente na fila cadastrado no sistema deve estar em uma das quatro situações: “Aguardando vaga”, “Consulta agendada”, “Consulta realizada” ou “Retirado da fila”.

1.4.1.3.26. O sistema deverá ter uma forma de realizar uma busca por paciente independente da fila que ele esteja cadastrado.

1.4.1.3.27. O sistema deverá ter uma forma de filtrar a lista de pacientes em uma fila específica e/ou por classificação de risco e/ou por situação da solicitação.

1.4.1.3.28. O sistema deverá manter um histórico com todas as movimentações que possam ocorrer com o paciente desde a sua entrada na fila até o seu atendimento ou retirada da fila. Esse histórico poderá ser visualizado somente por pessoas autorizadas e deverá conter no mínimo data e hora da modificação, usuário responsável pela modificação,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

movimentação feita, uma justificativa e opcionalmente um anexo para justificar a alteração.

- 1.4.1.3.29. O sistema, para um paciente aguardando vaga, deverá permitir que altere a posição do paciente na fila de espera mediante a um registro de histórico de movimentação.
- 1.4.1.3.30. O sistema, para um paciente aguardando vaga, deverá permitir remover o paciente da fila de espera mediante a um registro de histórico de movimentação. Após a remoção do paciente da fila, sua nova situação deverá ser “Retirado da fila”.
- 1.4.1.3.31. O sistema, para um paciente aguardando vaga, deverá permitir agendar uma consulta para ele. Para o agendamento da consulta deverá ser informado no mínimo os seguintes dados: data e hora do agendamento, a cidade que o procedimento foi marcado, nome do profissional que irá atendê-lo, o nome do local do atendimento, o endereço completo, o telefone onde o atendimento será realizado, as orientações para a consulta, necessidade de transporte com seus acompanhantes e ainda a informação se o veículo exclusivo deverá ser exclusivo.
- 1.4.1.3.32. Após o agendamento da consulta de um paciente, o sistema deve gerar e disponibilizar um comprovante de agendamento, com os dados do paciente (nome, nome social, CPF, CNS, data de nascimento, telefone principal, e-mail principal e endereço completo principal), os dados da consulta agendada (data e hora do agendamento, procedimento a ser realizado e os CIDs relacionados, nome do profissional que irá atendê-lo, orientações para consulta, nome do local da consulta, endereço completo e telefone onde o atendimento será realizado) e os dados da necessidade de transporte e seus acompanhantes. Além disso, o sistema deve possibilitar que



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

funcionários do TFD acessem e reemitam esse comprovante de agendamento a qualquer momento, caso o paciente precise.

1.4.1.3.33. Após o agendamento da consulta de um paciente que estava aguardando vaga, a situação deste paciente deverá mudar para consulta agendada.

1.4.1.3.34. O sistema, para um paciente com a situação consulta agendada, deverá permitir editar o agendamento realizado alterando qualquer um dos dados da consulta. A edição do agendamento só pode ser realizada antes da data da consulta agendada.

1.4.1.3.35. O sistema, para um paciente com a situação da consulta agendada, deverá permitir cancelar uma consulta agendada mediante a um registro de histórico de movimentação. Além do histórico de movimentação, o sistema deve permitir ao operador definir o que deve acontecer com este paciente, sendo as opções:

1.4.1.3.35.1. Voltar para a primeira posição da fila: O paciente volta para a situação de aguardando vaga e sua posição será a de número 1.

1.4.1.3.35.2. Voltar para a última posição da fila: O paciente volta para a situação aguardando vaga, porém volta para a última posição da fila.

1.4.1.3.36. O sistema, para um paciente com a situação “Consulta agendada”, deverá permitir remover o paciente da fila de consultas agendadas mediante a um registro de histórico de movimentação. Após a remoção do paciente da fila, sua nova situação deverá ser “Retirado da fila”.

1.4.1.3.37. O sistema deverá alterar automaticamente a situação do paciente de consulta agendada para consulta



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

realizada após a data prevista para a consulta, desde que essa consulta não tenha sido desmarcada, cancelada ou o paciente removido da fila.

1.4.1.3.38. O sistema, para um paciente com a situação consulta realizada, deverá permitir informar se o paciente compareceu à consulta ou não. Caso o paciente não tenha comparecido à consulta, o sistema deverá solicitar o motivo do não comparecimento.

1.4.1.3.39. Qualquer movimentação que altere a situação ou a posição de um paciente na fila deve ser registrada no histórico do sistema. O registro deve incluir tanto a alteração feita no paciente quanto o impacto causado nos demais registros afetados, garantindo a rastreabilidade e a transparência de todas as mudanças realizadas.

1.4.1.3.40. O sistema deverá disponibilizar uma área de consulta pública, acessível a qualquer cidadão, para visualização das filas de pacientes na situação aguardando vaga, apresentando dados analíticos e atualizados, porém com a identificação dos pacientes parcialmente mascarada, exibindo apenas as iniciais do nome e trechos do CPF e/ou CNS, para preservar a privacidade e atender à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Essa área deverá permitir filtros por fila, garantindo transparência e segurança das informações durante todo o processo.

1.4.1.3.41. O sistema, deverá ter uma área do paciente, onde ele poderá entrar com o seu login e senha para acompanhar o andamento de sua solicitação de atendimento. Essa área deverá estar em um endereço web diferente do endereço web do sistema e exclusivo para paciente.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

1.4.1.3.42. A área do paciente deverá ter a capacidade de apresentar todos os registros desse paciente no sistema com no mínimo as seguintes informações:

1.4.1.3.42.1. Registro de aguardando vaga: posição da fila, fila, situação, data da solicitação da consulta pelo médico, data de entrada no sistema do TFD.

1.4.1.3.42.2. Registro de consulta agendada: com os dados do paciente (nome, nome social, CPF, CNS, data de nascimento, telefone principal, e-mail principal e endereço completo principal), os dados da consulta agendada (data e hora do agendamento, procedimento a ser realizado e os CIDs relacionados, nome do profissional que irá atendê-lo, orientações para consulta, nome do local da consulta, endereço completo e telefone onde o atendimento será realizado) e os dados da necessidade de transporte e seus acompanhantes.

1.4.1.3.42.3. Registro de “retirado” da fila: fila, situação, data da solicitação da consulta pelo médico, data de entrada no sistema do TFD.

1.4.1.3.43. O sistema deverá enviar notificações automáticas por meio de aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) aos pacientes incluídos nas filas, comunicando cada etapa relevante do processo, como inclusão na fila, alteração de posição, agendamento, alteração de agendamento e cancelamento de agendamento. As mensagens deverão ser enviadas de forma segura e controlada, garantindo a confidencialidade das informações, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O conteúdo e o formato das mensagens deverão ser parametrizáveis pelo município, permitindo ajustes de texto e linguagem, de modo a assegurar transparência no acompanhamento do atendimento. O sistema



deverá manter registro das mensagens enviadas, contendo data, hora e destinatário, para fins de auditoria e comprovação de comunicação.

1.4.1.3.44. O sistema deverá possibilitar a geração automática do arquivo de integração com o Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), contendo todos os procedimentos faturáveis realizados no período, conforme o padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde para transmissão ao Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS). A funcionalidade deverá permitir parametrização pelo município quanto ao período de apuração, garantindo que apenas procedimentos devidamente cadastrados e elegíveis sejam incluídos. O arquivo gerado deverá estar pronto para importação no sistema oficial de envio, sem necessidade de ajustes manuais.

1.4.1.3.45. O sistema deverá possibilitar a geração automática do arquivo de integração com o e-SUS APS, módulo de Captação de Filas, contemplando todos os registros de pacientes e solicitações vinculadas, conforme o padrão de layout, estrutura de dados e protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde. A funcionalidade deverá permitir parametrização pelo município quanto ao período de exportação, garantindo que apenas dados válidos e consistentes sejam incluídos. O arquivo gerado deverá estar pronto para importação no sistema oficial, sem necessidade de ajustes manuais.

1.4.1.3.46. O sistema deverá disponibilizar relatórios analíticos completos sobre as filas de pacientes, procedimentos, agendamentos e demais informações relevantes, permitindo a aplicação de múltiplos filtros, tais como período, unidade de saúde, especialidade, situação da solicitação e classificação de prioridade. Os relatórios deverão ser gerados em interface



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

interativa e oferecer a opção de exportação para formatos abertos, como Excel (.xlsx) e CSV, mantendo a estrutura de colunas, formatações e dados conforme utilizados na plataforma. A exportação deverá preservar a consistência e integridade das informações, possibilitando seu uso para auditorias, análises gerenciais e integração com outros sistemas de gestão.

1.4.2. Licença mensal do sistema para a gestão de transporte na saúde pública, auxiliando no gerenciamento do uso do transporte do SUS por pacientes do município para exames e tratamentos em outras localidades. O sistema, na sua totalidade, deve atender:

1.4.2.1. Receber o paciente do sistema de TFD que necessita de transporte. O sistema de TFD deve enviar no mínimo as seguintes informações: dados do paciente (nome, sexo, nacionalidade, CPF, CNS), dados da necessidade de transporte exclusivo e seus acompanhantes e dados da viagem (local de origem, local de destino, data e horário que o paciente deverá estar no destino).

1.4.2.2. Permitir cadastrar uma lista de locais predefinidos para servir como ponto de partida ou destino dos pacientes. Neste cadastro, é desejável ter pelo menos o endereço completo contendo nome do estabelecimento, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, complemento e referência da localização.

1.4.2.3. Possuir um cadastro de frota de para vários tipos de veículos disponíveis para a realização do transporte dos pacientes. Neste cadastro deve conter os seguintes registros: se é veículo próprio ou de terceiro, placa do veículo, fabricante (marca), modelo, cor predominante, quantidade de assentos total, categoria mínima para conduzir o veículo, ano de fabricação, RENAVAM e o chassi do veículo.

1.4.2.4. Cadastrar uma lista de motoristas disponíveis com sua identificação como nome, nome social, CNS, número da CNH,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

categoria da CNH, validade da CNH, sexo, data de nascimento, nacionalidade, município de nascimento.

1.4.2.5. Cadastrar um passageiro avulso que não venha por integração com o sistema de TFD. Para cadastrar este passageiro o sistema deve permitir incluir os seguintes dados: dados do paciente (nome, sexo, nacionalidade, CPF, CNS), necessidade de veículo exclusivo, acompanhantes, o trajeto de ida (ponto de origem, destino, data e hora de chegada) e o trajeto de volta (ponto de origem, destino).

1.4.2.6. Para a organização da viagem o sistema deverá permitir selecionar o veículo e o motorista, ambos previamente cadastrados, apresentando as informações essenciais para conferência no momento da viagem.

1.4.2.7. Deverá ser possível definir o trajeto da viagem, informando a origem, o destino e as cidades ou localidades intermediárias onde ocorrerão paradas programadas.

1.4.2.8. Após a definição do trajeto, o sistema deverá exibir o itinerário detalhado que será percorrido pelo motorista, com campos para inclusão dos pacientes que embarcarão ou desembarcarão em cada parada.

1.4.2.9. O sistema deverá permitir adicionar novas paradas ao itinerário, mesmo que não haja embarque ou desembarque de passageiros, registrando endereço completo.

1.4.2.10. O sistema, ao fim do cadastro da viagem, deverá permitir a impressão do mapa da viagem com os dados do motorista, veículo, passageiros e acompanhantes que serão transportados, bem como o itinerário completo da rota com todos os pontos de parada.

1.4.2.11. No mapa da viagem deverá haver espaço para inclusão de campo para assinatura dos pacientes e acompanhantes



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

transportados, bem como para registro dos dados do hodômetro do veículo em cada parada, possibilitando o cálculo da quilometragem rodada por cada passageiro.

1.4.2.12. O sistema deverá permitir o registro, após o retorno da viagem, dos dados de presença dos passageiros e acompanhantes, bem como das informações de quilometragem extraídas do mapa da viagem preenchido pelo motorista.

1.4.2.13. O sistema deverá gerar, de forma automatizada, o arquivo no formato BPA (Boletim de Produção Ambulatorial) contendo os dados necessários ao faturamento do Transporte SUS, a partir das informações registradas no mapa da viagem e no módulo de presença e quilometragem.

1.5. Suporte técnico no sistema de gerenciamento de filas de espera por procedimentos, exames e tratamento fora do município (TFD), transporte e faturamento.

1.5.1. O suporte técnico abrange o auxílio individualizado aos profissionais que utilizam o sistema, fornecendo orientação e resolução de dificuldades relacionadas à execução dos processos de trabalho. Além disso, o suporte é responsável por realizar atualizações necessárias, corrigir eventuais problemas, e assegurar a manutenção contínua do funcionamento adequado dos serviços do sistema licenciado.

1.5.2. O suporte técnico deverá ser disponibilizado por meio de métodos de acesso remoto, operando de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 17:00, com exceção de feriados nacionais, estaduais e municipais, conforme calendário oficial do local da sede da empresa prestadora de serviço.

1.5.3. O suporte técnico deve ser realizado prioritariamente de forma remota. Contudo, quando necessário, poderá ocorrer presencialmente, especialmente em casos de alta prioridade que não possam ser



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

resolvidos remotamente, assegurando a presença de um técnico nas dependências do município em um prazo máximo de 24 horas úteis, a contar do registro da ocorrência, salvo se outra forma for acordada para a solução da pendência do sistema contratado.

1.5.4. A contratada deverá executar, durante toda a vigência do contrato, os serviços contínuos de manutenção corretiva, bem como realizar as atualizações legais e normativas obrigatórias, garantindo o pleno funcionamento do sistema conforme a legislação vigente.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTEGRAÇÃO, LICENCIAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA DO ECOSISTEMA E-SUS APS E SISTEMA DE CONTROLE DE FILAS E TFD, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TIROS/MG E A EMPRESA CONTRATADA.

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE TIROS, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.116.254/0001-09, com sede na Praça Santo Antônio, nº 170, Centro, Tiros/MG, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_,

com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(a) \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente do Pregão Eletrônico nº 37/2025, Processo Licitatório nº 93/2025, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e pelas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para implantação, integração, licenciamento de uso e suporte técnico contínuo (presencial e remoto) dos sistemas públicos de saúde da Atenção Básica do ecossistema e-SUS APS (módulos PEC, CDS, Território, Vacinação, Atividade Coletiva, AD e Gestão), com arquitetura centralizada e integração plena à RNDS, ao CADSUS e à plataforma gov.br; inclui treinamento e capacitação continuada das equipes, backup diário, manutenção preventiva/corretiva, monitoramento e avaliação de registros e atendimento em horário administrativo (7h às 17h). Abrange, ainda, a implantação, integração e suporte de sistema para controle de filas de procedimentos e pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD), gestão do transporte desses pacientes e faturamento, assegurando integração e sincronização com os sistemas da Atenção Básica, geração/validação de BPA/SIA e envio regular da produção ao SISAB, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2025 e seus anexos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta vencedora, a ser pago em parcelas mensais após o recebimento e aceite dos serviços. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: \_\_\_\_\_.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS**

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante interesse da Administração e vantajosidade da manutenção contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o atesto do setor responsável pela fiscalização do contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente aprovada e acompanhada dos documentos exigidos.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor -----, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

Os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, conforme variação do INPC/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses entre as datas de assinatura e a do reajuste, conforme art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis.

### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 141 da Lei nº 14.133/2021, mediante motivação formal e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento do objeto contratado, das condições e exigências constantes do Edital e seus anexos, obrigando-se ao seu fiel cumprimento. O foro competente para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste contrato é o da Comarca de Tiros/MG.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas.

Tiros/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA  
Prefeita Municipal – CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da CONTRATADA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO INTEGRALIDADE DE CUSTOS

Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 37/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação, integração, licenciamento de uso e suporte técnico contínuo (presencial e remoto) dos sistemas públicos de saúde da Atenção Básica do ecossistema e-SUS APS (módulos PEC, CDS, Território, Vacinação, Atividade Coletiva, AD e Gestão), com arquitetura centralizada e integração plena à RNDS, ao CADSUS e à plataforma gov.br; inclui treinamento e capacitação continuada das equipes, backup diário, manutenção preventiva/corretiva, monitoramento e avaliação de registros e atendimento em horário administrativo (ex.: 7h-7h). Abrange, ainda, a implantação, integração e suporte de sistema para controle de fila de procedimentos e pacientes em TFD (Tratamento Fora do Domicílio), gestão do transporte desses pacientes e faturamento, assegurando integração e sincronização com os sistemas da Atenção Básica, geração/validação de BPA/SIA e envio regular da produção ao SISAB, em conformidade com a LGPD (perfis/papéis, trilhas de auditoria e notificação de incidentes).conforme descrito e especificado

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, DECLARAR QUE:

As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO IV

### PROCESSO LICITATÓRIO 93/2025 / PREGÃO ELETRÔNICO 37/2025

### MINUTA DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede em \_\_\_\_\_ - MG na \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, através de seu representante, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins de contratação perante a **Prefeitura de Tiros - MG** que:

1. Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
2. Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
5. Que estou ciente das regras contratuais e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
6. Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TIROS

PRAÇA SANTO ANTÔNIO, 170 | CENTRO - TIROS - CEP 38.880-000  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

8. Que o Agente de Contratação poderá solicitar DOCUMENTOS COMPLEMENTARES com o fim de verificar documentação técnica, especificações ou capacidade do proponente.

9. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10. A apresentação desta declaração presume pleno conhecimento de todas as regras contratuais e implica na aceitação automática, integral e irretratável das obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

.....

Representante legal da empresa

**OBS. EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**